JORNAL DO BRASIL

Coisas da Política

Governo prepara-se para um Congresso mais forte

No momento em que o ministro Jarbas Passarinho citou o nome de Reinhold Stephanes, o presidente Fernando Collor, do outro lado da mesa, no seu gabinete do Palácio do Planalto, pediu-lhe apenas alguns segundos antes de decidir se deveria sondar diretamente o deputado antes de convidá-lo a assumir o lugar de Rogério Magri. Collor puxou no seu supermicro Edisa a ficha de Reinhold Stephanes. Na tela surgiram informações que surpreenderam o próprio ministro pelo nível de detalhamento. Uma ficha que, ao contrário do que muita gente pensa, não é escrita por *arapongas* da Secretaria de Assuntos Estratégicos, mas por uma empresa privada: CAP-Software. A mesma empresa que serviu ao presidente durante a campanha eleitoral e que agora é encarregada de abastecer a Presidência da República de informações sobre o perfil de parlamentares, políticos, autoridades, empresários e quem mais interesse ao governo.

A consulta resultou positiva para Reinhold Stephanes. A ficha mostrou o perfil de um político coerente com a linha do governo e com vida pessoal irrepreensível. O ministro Passarinho alcançou o deputado paranaense dentro de um avião partindo para o Paraná, mas ainda a tempo de levá-lo ao ministério para a primeira abordagem antes do convite presidencial para ocupar o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Stephanes gostou da idéia de ser ministro da Previdência, mas resistiu um pouco em acumular com o Trabalho, pela falta de intimidade com o tema. Foi daí que surgiu a idéia de recriar o antigo ministério como modo de aliviar o novo ministro e ainda abrir mais o leque de opções para acordo político com o Congresso.

O episódio de escolha de Reinhold Stephanes mostra de maneira exemplar como é a nova fase do governo Collor. Seu nome só passou pelo crivo presidencial depois de confirmado que traria rendimentos em forma de apoio e votos no Congresso. Até mesmo nomes de fora do meio político, de técnicos, não serão escolhidos se não transitarem bem pelos partidos políticos. O professor Adib Jatene, por exemplo, respeitado cientista, estava sendo cogitado para o Ministério da Saúde não só pela sua ficha técnica mas porque poderia trazer para o governo os votos do PDS de Paulo Maluf, além de ser simpático aos governadores Luís Antônio Fleury e Antônio Carlos Magalhães. Já o deputado José Frejat, político e bom administrador, atual secretário de Saúde do Distrito Federal, nome preferido do ministro Passarinho, enfrenta vetos por ser do PFL e acrescentar pouco apoio ao governo, além daquele já obtido com as nomeações de Fiúza e Stephanes.

Este é o jogo preferido do presidente Collor atualmente. Ele trocou as motos e o jet-ski pelo quebra-cabeça político. Cada nome cogitado na reforma passa antes pela prova do computador, depois pela avaliação dos novos conselheiros — Passarinho, Bornhausen e Fiúza. Isto, para Collor, como tem dito em pronunciamentos e artigos, não significa prática de fisiologismo ou barganha política, mas uma democrática divisão do poder. Ele se deu conta de que sem votos no Congresso, sejam do PRN, do PTB ou do PT, seu projeto de governo seria inviabilizado. A saída que encontrou foi abrir mão do seu poder imperial em benefício dos partidos políticos porque, mesmo mandando menos, obterá mais sucessos na sua administração.

A nova atitude de Collor perante os políticos é a conseqüência do processo de mudança do eixo do poder no país. Agora o Congresso manda. O ministro Marcílio Marques Moreira, por exemplo, está cansado de dizer que não baixa pacotes econômicos porque mesmo se desejasse não conseguiria aprovar nada no Congresso. Os empresários também descobriram a mesma coisa há algum tempo. Um consultor de empresas surpreendeu-se recentemente pelo interesse demonstrado pela sua platéia, composta de representantes de multinacionais, por informações sobre o Congresso. Até passado muito recente seus ouvintes estavam interessados apenas em descobrir o que se passava nos 80 metros quadrados do gabinete do ministro da Economia, afinal única fonte de decisão conseqüente em Brasília. O Congresso era observado apenas como um palco de debates de cem mil metros quadrados, usando pouco seus poderes e controlado pelo governo. Hoje não é assim. Embora o parlamento ainda seja uma Torre de Babel partidária, já não é tão dócil ao Executivo e com a consciência e a prova de que, se quiser, pode mudar a face do governo.

O Congresso terá ainda seu poder de influência imediata sobre a vida do cidadão ampliado ao infinito. A maioria dos parlamentares ainda não descobriu exatamente a força que tem nas mãos. Perdem muito mais tempo agindo como vereadores federais do que decidindo sobre o real. As comissões técnicas só agora começam a perceber que têm força de um ministério. Todas as semanas, ministros, secretários, presidentes de estatais, enfim, membros do primeiro ao último escalão do Executivo, comparecem às comissões do Senado e Câmara respondendo às convocações para se explicarem perante deputados e senadores. Até passado recente estas convocações, além de bem mais raras, eram vistas com desdém pelo governo. Agora não é mais o Congresso que se submete ao governo, é ao contrário. Não há gesto mais significativo dos novos tempos do que ver o presidente buscar no seu computador dados sobre a aceitabilidade política do candidato antes de convidá-lo a compor sua equipe.

Etevaldo Dias